



H0651

EDUCAÇÃO BÁSICA EM CAMPINAS: DE 1930 A 2006

Ana Carolina Godinho dos Reis (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (Orientador), Faculdade de Educação - FE, UNICAMP

Este trabalho se propõe a estudar como as principais legislações implantadas na educação básica desde 1937 até 2006 no município de Campinas. Em 1937, foram criadas as Leis Orgânicas, que determinava para o ensino primário deveria ser obrigatório à crianças com idade entre 7 e 12 anos. Além disso, determinou a participação do Estado no financiamento do ensino primário. Em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabeleceu que o ensino primário tivesse duração de 4 anos, acrescido de 2 para o curso de artes plásticas. Em 1971, a Lei nº 5692, determinava a ampliação do ensino primário para 8 anos, sendo obrigatório para crianças entre 7 e 14 anos de idade e passou a ser denominado ensino de 1º grau. Já em 2006, a Lei no. 11.274/06 modificava o artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e determina a ampliação do então denominado ensino fundamental de 8 para 9 anos, sendo obrigatório para crianças com 6 anos de idade.

Ensino fundamental de nove anos - História da educação - Educação em Campinas